

PAISAGENS IDENTITÁRIAS E COMEMORAÇÃO

MARCIA REGINA CAPELARI NAXARA¹

No plano por assim dizer geográfico, a motivação e os roteiros que levaram os moradores primitivos, das enseadas da costa e da úmida e cálida baixada marinha, através das brenhas da floresta da Serra do Mar, aos campos temperados de serra acima. E aos sertões do Paraíba, do Moji-Guaçu, do Tietê, do Piracicaba, do Ribeira de Iguape, das cabeceiras do Paranapanema.

(Ernani Silva BRUNO, 1966, p.8)

Tendo em vista a proposta – pensar diferentes configurações que possibilitam o vínculo entre história e memória – e, por extensão, sua associação à comemoração, pretendo colocar em questão o peso e valor atribuídos ao(s) passado(s), constantemente recriado(s) e re-imaginado(s), em especial no que toca à construção de paisagens de apelo local, regional e/ou nacional para as figurações de permanência e de reafirmação de elementos identitários relativos aos paulistas e à sua inserção em termos nacionais. Retomo alguns estudos a esse respeito, bem como fragmentos textuais e imagéticos que possibilitam, para o caso do Brasil, pensar o trânsito incessante e necessário entre o específico e a unidade nomeada pátria/país como referência de sensibilidades de pertencimento e adesão. Pátria que nem sempre coaduna de forma aderente ao estado-nação politicamente definido. Pátria que se forma historicamente, contendo “forte carga afetiva” direcionada ao local – *meio* – reconhecido como *paisagem*. Recorro, de forma bastante simplificada, a reflexões de Fernando Catroga, ao lembrar (1) Montesquieu para a afirmação do meio e conformação do território e (2) a importância do romantismo; e ao citar especificamente (3) Ortega y Gasset, “ ‘para quem “el patriotismo es ante todo la fidelidad al paisaje’, ou melhor, ‘La pátria es el paisaje’ ”, para pensar a existência de uma cartografia que leva à “interiorização dos sentimentos de pertença” capazes de, por vezes, sobreviverem à desterritorialização, como nostalgia e saudade ou resistências identitárias (CATROGA, 2008:10).

Quanto aos vínculos entre passado/ presente/ futuro, seguramente necessários para pensar identidades e pertencimento, tomo em consideração a(s) temporalidade(s) e os

¹ UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Pesquisadora CNPq.

regimes de historicidade, na forma como proposto por Hartog (2006), como caminho interessante para pensar as interpretações do Brasil, em suas moveções fronteiras que, incessantemente, alteram e repõem a dicotomia e as ambiguidades e/ou ambivalências entre litoral e sertão, também lido na chave de oposição entre desenvolvimento e atraso e/ou civilização e barbárie, que realçam a pluralidade sem, no entanto, indicar ou possibilitar ameaça à unidade nacional.

O interesse maior diz respeito aos sentimentos pátrios e nacionais, pelos vínculos indicativos da associação pátria-país e paisagem, reiteradamente retomados, produzidos e re-produzidos a respeito do Brasil, num movimento que remete para uma ideia de comemoração contínua da pátria-nação a partir dos elementos de sua natureza ou do que é tido e aceito como natural. Paisagens, muitas vezes tomadas como natureza pré-existente, que colaboram para moldar histórias que nelas se desenrolam e/ou desenvolvem e em que a natureza e a movimentação entre os espaços geográficos cartografados e representados em seus detalhes, tanto técnicos como artísticos, ocupam lugar primordial. Movimentos que ocorrem no tempo e que as histórias contadas e narradas pelos homens procuram apreender, na procura de um “chão” e/ou “solo” onde apoiar os acontecimentos e visualizá-los, tanto nos grandes eventos e batalhas entre estados e nas figurações de homens considerados “grandes”, como nas relações cotidianas encetadas pelas pessoas comuns na sua sobrevivência e sociabilidade. Cartografias que possibilitam mapear e visualizar, por diversos ângulos, o espaço territorial em suas diferentes paisagens em também diferentes temporalidades – paisagens vistas como mais naturais quando da ausência da figura humana; paisagens que incorporaram (sofreram?) intervenções dos homens; paisagens tomadas e circunscritas em pinturas (pitorescas?) – associação esta, país-paisagem, constantemente retomada e, em certa medida, com facilidade crescente, tendo em vista o desenvolvimento das tecnologias de produção, edição e reprodução de imagens inerentes ao mundo em que vivemos, já de longa data. Reproduções das imagens desde cedo produzidas, reprodução de novas imagens de exaltação da natureza em diferentes recortes e arranjos paisagísticos a divulgá-la em sua grandeza e magnificência.

Paisagens comemoradas como marcos e reiteração de relações específicas homem/natureza com que se procura caracterizar os laços que ligam os homens a determinados espaços geograficamente delimitados, ou mesmo, quando lugares específicos são

alçados à representação da nacionalidade e, mais recentemente, da humanidade. A ideia central constitui na afirmação da paisagem, ou melhor, das paisagens – naturais e associadas à ocupação humana – como imagens exemplares que estabelecem o(s) vínculo(s) entre o passado e um presente/futuro, de que podemos citar como exemplos, para o Brasil, as cidades que foram denominadas históricas, em especial Ouro Preto ou, mesmo, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em suas especificidades bem específicas, como signos de reconhecimento que se espalha para o lugar chamado Brasil – a paisagem (natureza e cultura) é primordial ao reconhecimento, à adesão e, portanto, aos diferentes sentimentos de pertencimento. Natureza e construções/intervenções humanas continuamente comemoradas como patrimônio indelével e marca de existência, crescentemente não somente da pátria, mas também da nação. *A Pátria Geográfica* – título do livro de Candice Vidal e Souza (1997) é expressivo, ao problematizar as relações entre os diferentes brasis – do litoral e do sertão –, nos movimentos contínuos de ocupação de suas terras interiores na primeira metade do século XX, tendo em vista a *marcha para o oeste*, ambicioso processo de incorporação: o que “Era sertão, agora é tudo Brasil” (VIDAL E SOUZA, 1997:115).

Seguindo o fio das indagações sobre o sertão e o lugar da cartografia como elemento de mapeamento com que se procura delimitar espaços e entender os propósitos das diferentes nomeações (nomear como forma, talvez primeira, de conhecimento), auto referenciadas ou forasteiras (atribuições de viajantes [desde os primeiros, os descobridores], romancistas, historiadores – não habitantes do sertão), Gilberto Noronha (2011) procurou recuperar os caminhos do entendimento, dos limites e da significação, ao longo do tempo, da região geográfica comumente, mas nem sempre, denominada *oeste de Minas Gerais* (reflexões que teremos oportunidade de debater neste encontro).

De forma que sertão e sertões, de algum modo, se confundiam com as construções e ideias do e sobre o próprio Brasil, em que pese o esforço de diferenciação daqueles que habitavam o litoral, julgando-se acima do restante do país, ou do país que se conformava nação abarcando suas diferentes especificidades.

Nessa cartografia, considero o recorte específico que escolhi – São Paulo ou paulista – que, em vários momentos e por várias formas comemorou-se e foi comemorado na perspectiva de que seus homens contribuíram de forma fundamental para a formação do

mapa/imagem que hoje reconhecemos como Brasil. A bibliografia sobre os espaços denominados “sertão” no Brasil é significativamente expressiva, assim como aquela sobre São Paulo e os feitos dos paulistas. A intenção aqui é modesta e mobiliza uma parte diminuta da mesma.

O instigante artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*, de 1992, inicia por anunciar que “*Ser paulista*, manifestação de uma coletividade geograficamente localizada, [que] se exprime através de uma figura mítica, a do bandeirante” (1992:79) é associação frequentemente enunciada como se tivesse tido existência conjunta desde sempre. Seu estudo demonstra a utilização da palavra “bandeira”, dicionarizada e utilizada em textos do século XVII a XIX, sem associação a “bandeirante”, que apareceu somente na edição de 1913 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio Candido de Figueiredo (que incorporou “mais de sete mil brasileirismos”). A forma primeira de incorporação atribuiu a “bandeirante” o significado de indivíduo que “faz parte de uma expedição chamada bandeira” (QUEIROZ, 1992:80). Um segundo significado para “bandeirante” veio a aparecer somente no século XX, como sinônimo de “paulista” (*Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino de Oliveira Freire [1873-1937], publicado após sua morte; e *Pequeno Dicionário Brasileira da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira [1910-1960], edição de 1960): “Bandeirante: o natural de S.Paulo; paulista”. A autora considera ser possível “razoavelmente [grifo o razoavelmente] supor que o termo ‘bandeirante’, substantivo designando simplesmente quem participa de uma bandeira, teria aparecido em fins do séc. XIX, sendo que o adjetivo seria mais recente, datando do início do séc. XX” (QUEIROZ, 1992:80). Considera ainda que

Nesta ligação se vislumbra toda uma evocação de um passado que se associa a determinados indivíduos, um significado histórico; se *paulista* tem uma base geográfica, *bandeirante* tem como base uma tradição; e quem diz tradição não diz somente outros tempos, mas também crenças, pensamentos, sentimentos, aspirações que perpassam as gerações como legados permanentes, estabelecendo entre elas como que uma comunhão espiritual. O adjetivo “bandeirante” se encontra, pois, pleno de um sentido simbólico. (QUEIROZ, 1992:80)

Katia Abud, em 1986, já havia constatado que os mais antigos historiadores das bandeiras, Pedro Taques de Almeida Paes Leme [1714-77] e Frei Gaspar da Madre de

Deus [1714-1800] (QUEIROZ, 1992:80; ABUD, 1986), não utilizaram o termo “bandeirante”, mas o termo “paulista”, para indicar os membros que, compondo as bandeiras, desbravaram os sertões das gerais. Aponta que foi nas primeiras décadas do século XX que a imagem “bandeirante” foi tomando “contornos mais nítidos”, pela procura do estabelecimento de linhagens das “velhas famílias paulistas” de forma que, além de contar e cantar os feitos pioneiros e desbravadores (dos caminhos das minas e depois das matas para a nova cultura do café e da implantação das estradas de ferro...), alinhavam-se como herdeiros de heróis então constituídos como mitos. Alterações crescentes, marcadas pela chegada de forasteiros de diversas partes do Brasil e de imigrantes de variada origem que aportaram e que colaboraram para a riqueza crescente das terras paulistas, assim como pela também crescente alteração em suas paisagens, tomadas em sentido amplo. De forma que a figura mítica do bandeirante surge de forma ambígua e ambivalente, como um distintivo das elites dos pioneiros das *antigas linhagens*, que foi recobrando os que viviam e passavam a viver em território paulista e que para a sua grandeza contribuía (de diferentes modos), unindo, ao mesmo tempo em que separando: – os de estirpe e os novos, à medida da sua diversidade crescente –, pela ligação comum com o solo paulista, geograficamente delimitado, mas simbolicamente diferenciado.

Queiroz conclui que, talvez pela primeira vez, na década de 1920 tenha sido cunhado “o termo ‘bandeirante’, com seu significado específico, como uma figura distinta da do paulista”; afirma que “bandeirante” surgiu “com todo o peso de um significado histórico inconfundível”, possuindo um “sentido profundo, subjacente”, de “ligação estreita entre as qualidades dos bandeirantes e os predicados da elite paulista a que pertenciam” os intelectuais que o forjaram (José de Alcântara Machado [1875-1941], Affonso d’E. Taunay [1875-1941] e Alfredo Ellis Jr. [1896-1974]) (ABUD, apud QUEIROZ, 1992:82).

Todos os que habitavam a terra eram paulistas – imigrantes, forasteiros...; “porém, **bandeirantes** eram somente aqueles cujos avós, bisavós, tataravós e demais antecessores tinham trabalhado e pelejado no mesmo solo que agora abrigava a todos” (QUEIROZ, 1992:84, grifo meu); ou seja, os que podiam lançar o olhar para o passado buscando os quatrocentos anos da formação da tradição bandeirante. Ou seja, todos podiam ser paulistas, nem todos podiam ser bandeirantes e não faltaram expressões, em

todos os campos artísticos, das distinções e discriminações no longo processo de recepção e amalgamento de diferenças.

Conceitos que viriam, ainda, a passar por novas redefinições, quando da necessidade de coesão paulista em 1932 que, ainda na interpretação de Queiroz (1992:85), levou a que a noção de “raça privilegiada dos paulistas” passasse a recobrir toda a coletividade, igualando bandeirante a paulista, de forma a unir os significados “histórico” e “geográfico”, ambos simbólicos, a aproximar paisagens e pertencimento, com permanência na longa duração.

Se retomamos o sentido inicial dos vínculos tecidos pelas sensibilidades de adesão à pátria como origem primeira de identificação, podemos lembrar o quanto a nossa historiografia – história e história da literatura – teve como preocupação central as questões relacionadas à formação, conceito constante e, mesmo, fundante, nos escritos que procuraram re-construir ou re-traçar os caminhos da nação, tanto na sua diversidade quanto na sua inteireza e unidade. Ernani Silva Bruno inicia seu livro *Viagem ao país dos paulistas* apontando, justamente, ser esta a denominação e/ou nomeação de referência primeira. *País dos paulistas*, diz ele,

“(assim era chamada, nos primeiros tempos coloniais, a terra de São Vicente ou de São Paulo)”.

Ora, no caso, podemos atentar não somente para a expressão “**país**” dos paulistas, como para o “**ou**” a igualar, naquele momento, São Vicente e São Paulo e a assinalar, desde o início – “os primeiros tempos coloniais” – a direção da interiorização e do movimento. Reproduzo o parágrafo que introduz o ROTEIRO indicativo do autor para a leitura do livro reiterando a importância da perspectiva de formação e da utilização da palavra PAÍS, em seu propósito de identificação e ligação a um lugar. O texto convida a uma viagem de compreensão que procure afastar preconceitos e fixações a teses já consagradas (de qualificação ou desqualificação e predestinação). Busca a compreensão de aspectos da vida dos homens que aqui chegaram e viveram. Cobrindo o que denomina período de formação da sociedade vicentina, Bruno acompanha a expansão da ocupação ao longo dos três primeiros séculos (1500-1822) em suas diferentes fases (Tempo dos pioneiros [1500-1580]; Tempo da caça ao bugre [1580-1640]; Tempo da busca do ouro

[1640-1730]; Tempo do comércio de gado [1730/1775]; Tempo da indústria do açúcar [1755/1822]). Ocupação crescente do sertão – denominação de tudo que está à frente, a ser ocupado – e da mobilidade do que se denominou “boca do sertão”, sem qualquer referência a uma expansão bandeirante: as referências são seguidamente, bandeirismo, sertanismo e penetrações sertanistas. Na última parte, foca em especial a permanência e o abandono da peregrinação infinda. De início, adverte:

Esta viagem ao país dos paulistas (assim era chamada, nos primeiros tempos coloniais, a terra de São Vicente ou de São Paulo), pretende o Autor que seja feita dentro de um esquema de que se excluam os propósitos antecipados de louvação ou de crítica. É necessário que se ponham de lado – no momento do embarque e durante a jornada – tanto a afirmativa, por exemplo, de que o bandeirante era um sórdido explorador do bugre nativo, como aquela outra, oposta, de que ele pertencia a uma raça de gigantes predestinada a alargar as fronteiras assinaladas em Tordesilhas. Não seria difícil colecionar argumentos (baseados em documentação autêntica) para defender qualquer das duas teses. Mas tudo indica que a viagem poderá ser mais proveitosa se for empreendida, tanto quanto possível, dentro de um clima de isenção, que permita ao observador ir situando as coisas, os homens, as situações, nos limites de um contexto tranquilo (BRUNO, 1966:7).

Conselhos sábios e prudentes. No entanto, num salto no tempo, considero este evento de que participamos e registro o primeiro estranhamento que tive ao me inteirar da divulgação da proposta da Anpuh nacional, que dedica este encontro (Simpósio) à comemoração de uma existência de já 50 anos da Associação. Proposta interessante, que não pretendo colocar em discussão, até porque se percorremos os títulos dos simpósios temáticos, verificamos que os estudos continuam a agrupar as pessoas em torno de preocupações e de caminhos que vêm sendo trabalhados e que nos colocam em contato com, ao menos parte, do estado da arte dos estudos de história no país Brasil. A proposta foi acolhida na Assembleia do último encontro da ANPUH NACIONAL, que congrega a federação Brasil e – aí o meu estranhamento –, foi implementada pela escolha e a partir de um *logo* comemorativo que estiliza, simbolicamente, um estado da federação – vinculando cinco elementos simbólicos aos 50 anos que se comemora –, o que pode ser interpretado como demarcação de um lugar de surgimento, elaborado por um contorno sugestivo, que lança e encaminha o olhar e a imaginação do litoral para a continuidade do planalto, possibilitando o delineamento sugestivo de paisagens e

configurações outras – a partir da São Paulo dos paulistas “bandeirantes” (?) para o Brasil que parece a partir dela/dele (cidade/estado) se formar. Sugestão a que os olhos, a mente e, por que não, o coração dão continuidade, podendo lançar-se para outro(s) mapa(s), outro(s) lugar(es), outra(s) cartografia(s) que, qual um mosaico, compõem e dão forma ao Brasil – país e nação, a partir do “país dos paulistas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABUD, Kátia. O sangue intemorato e as Nobilíssimas Tradições: a construção de um símbolo paulista, o Bandeirante. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1986.

BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao país dos paulistas*. Ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. [1936] *Raízes do Brasil*. 15ª ed. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1982.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação, Nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares & SOUSA, Julião Soares. (coord.) *Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.9-39.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed.Unesp, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta & PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras; Casa de Rui Barbosa, 2006, p.45-57.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p.15-25.

MOUTINHO, Jessita Maria Nogueira Moutinho. A paulistanidade revista. Algumas reflexões sobre um discurso político. *Tempo Social*. USP, S.Paulo 3(1-2): 109-117, 1991.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed.UnB, 2004.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: configurações do oeste de Minas Gerais*. Tese de doutorado. UFU, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, n.13 – mar.abr.mai/1992, p.78-87.

PRADO JR., Caio. [1933] *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Ed.UFG; Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed.UFG, 1997.